SBH
DL/6 ex 21
(1/8)

BRASIL DEMOCRÁTICO

N.º 01 — Órgão do Centro Brasil Democrático — Novembro 1978

NOSSA PRESENÇA

O Centro Brasil Democrático inicia suas atividades, que se resumem na defesa da democracia e dos direitos humanos, tão esquecidos entre nós.

Dar-lhe um veículo de comunicação era nossa tarefa imediata. Um jornal capaz de crescer e se afirmar, levando pelo Brasil afora os princípios de justiça e liberdade, sacrificados nesses longos anos de arbítrio e violência.

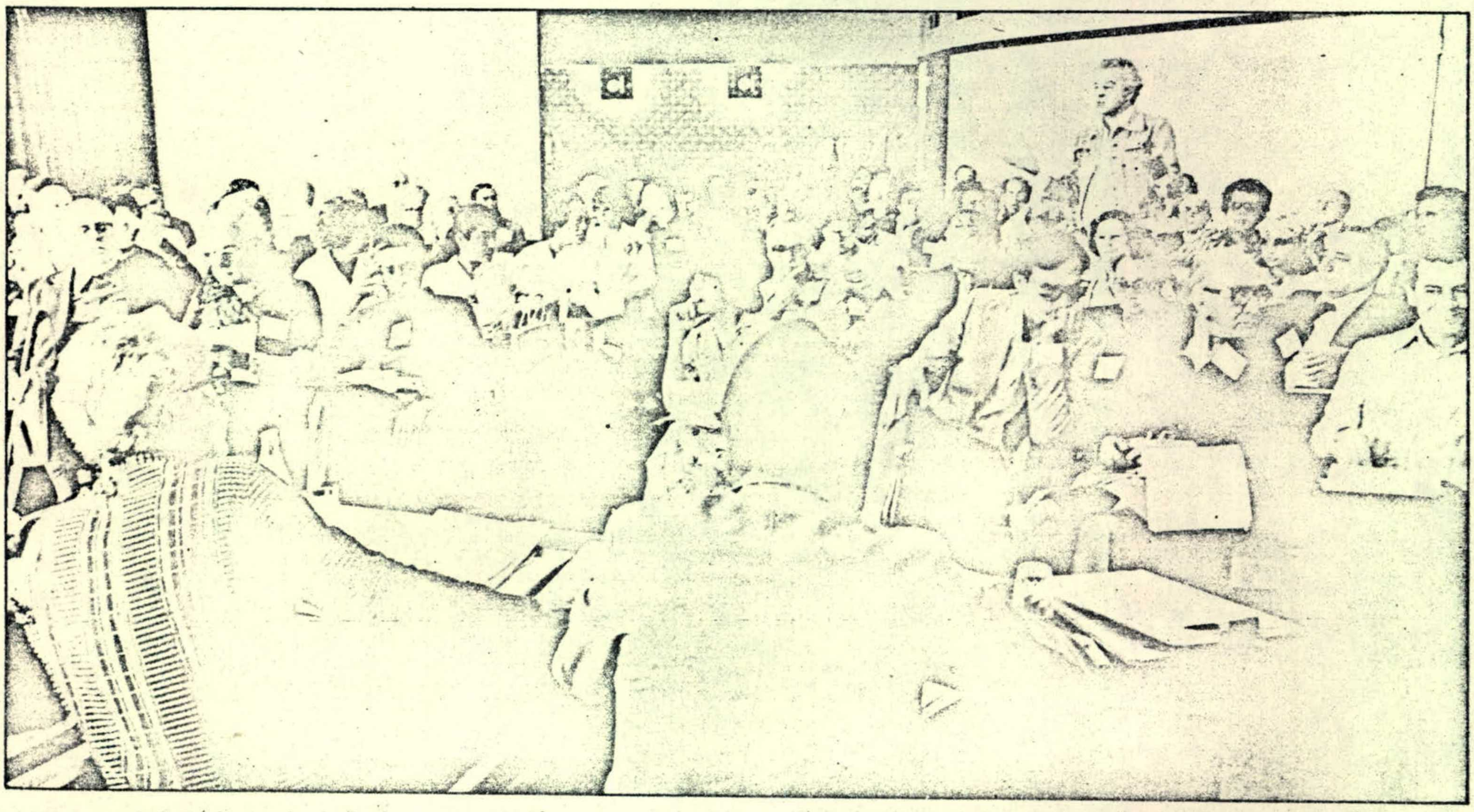
O "Brasil Democrático" que hoje lançamos — ainda em caráter experimental — está aberto a todas as correntes do pensamento político, não se opondo a outros órgãos democráticos existentes, com os quais se solidariza.

Nele debateremos os problemas nacionais; as deficiências das reformas políticas impostas pelo governo; a penúria e o abandono em que vivem nossos irmãos brasileiros; as pressões externas que ameaçam a nossa cultura e a nossa soberania. Enfim, tudo que ofende o ser humano e os interesses superiores do Brasil.

Diante do mundo atual só podemos estar otimistas. Vivemos uma época de transição, de afirmação da justiça. Uma época que não mais permite as estruturas caducas, baseadas no privilégio e na arbitrariedade.

Este é o nosso jornal. Contamos com o apoio e a crítica de todos.

Octavio Ianni



Mais de uma centena personalidades vindas de todo o país, representantes da intelectualidade, de correntes políticas democráticas, de profissões liberais e do movimento sindical, participaram da fundação do Centro Brasil Democrático. Na foto, um flagrante da Assembléia de fundação, realizada no Centro de Convenções do Hotel Nacional, no Rio de Janeiro.

NESTE NÚMERO

Sergio Buarque de Hollanda . Ênio Silveira

Antonio Houaiss . Nelson Wernech Sodré . João Saldanha

Demisthoclides Batista . Sigmaringa Seixas

SBH
D1/6 a21
(2/8)

CENTRO BRASIL DEMOCRÁTICO

CONSELHO CONSULTIVO
Alceu Amoroso Lima
Aldo Fagundes
Antônio Cândido
Armando Monteiro Filho
Barbosa Lima Sobrinho
Dalmo Dallari
Edgard da Mata Machado
Fernando Henrique Cardoso
Fernando Gasparian
Hélio de Almeida
Hélio Bicudo
Hélio Silva
Hermes Lima
José Honório Rodrigues
Mário Pedrosa
Mário Schenberg
Maurício Rocha e Silva
Nelson Werneck Sodré
Osny Duarte Pereira
Pelópidas Silveira
Pompeu de Souza
Roberto Saturnino Braga
Rômulo Almeida

CONSELHO FISCAL
Aloysio Neiva Filho
Edmundo Moniz
Fernando de Sant'Anna
Luiz Carlos Bresser Pereira
Modesto Carvalhosa
Wilson Fadul

COMISSÃO DE CREDENCIAIS
Alberto Dines
Alberto Passos Guimarães
Demisthoclides Batista
Sérgio Cabral

CONSELHO DIRETOR
Presidente:
Oscar Niemeyer
Vice-Presidentes:
Ênio Silveira
Sérgio Buarque de Hollanda
Secretário Geral:
Antonio Houaiss
Tesoureiro:
Mauro Lins e Silva
Diretores:
Audálio Dantas
Darcy Ribeiro
Dias Gomes
Francisco de Oliveira
Francisco Pinto
João Saldanha

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
Alberto Dines
Aldo Lins e Silva
Antonio Carlos Sigmaringa Seixas
Antônio Modesto da Silveira
Carlos Alberto de Oliveira
Chico Buarque de Hollanda
D'Alembert Jaccoud
David de Moraes
Eny Raymundo Moreira
Joaquim Pedro de Andrade
José Carlos Dias
Josué Guimarães
Luiz Eduardo Greenhalgh
Luiz Pinguelli Rosa
Mário Lago
Miguel Costa Filho
Raul Ryff
Therezinha Zerbini

BRASIL DEMOCRÁTICO
Diretor-responsável:
Oscar Niemeyer
Editor: Renato Guimarães

Redatores: Alberto Rajão, Ivan Alves, Joel Teodósio

Arte: Vera Duarte

Endereço: Avenida Atlântica, 3.940 — Cj. 201 — CEP 20070 — Rio de Janeiro — Tel.: 247-1346

Editorial

O Lugar, o Fim e os Meios

A fundação do Centro Brasil Democrático teve a participação de personalidades que compõem praticamente todo o espectro das forças democráticas em nosso país. Será oportuno meditar sobre o significado dessa adesão, a fim de situar corretamente o papel que à nova entidade cabe desempenhar.

O Manifesto de fundação do Centro evidencia que a este se atribui o caráter de frente democrática. Pode-se objetar que para isto não seria necessária a criação do Centro, de vez que o MDB cumpre uma função nesse sentido. Como é o caso também da Frente Nacional de Redemocratização, ou de outras organizações com função semelhante que a substituam ou a ela se somem, no futuro.

A objeção seria porém inconsistente. Tanto o MDB, quanto a FNR e outras entidades já existentes ou por existir têm limitações de natureza partidária, ou profissional, ou de finalidades, ou outras limitações que não lhes permitem incorporar e representar com a amplitude necessária as correntes de interesses e de opinião que participam da luta democrática.

O Centro Brasil Democrático pode aspirar a essa representatividade. Não está atado a qualquer compromisso de ordem partidária, nem a um determinado setor profissional, nem a interesses restritos de grupo, nem a uma única reivindicação específica, nem a uma fé religiosa, nem a qualquer outra barreira desse gênero que estorve sua missão aglutinadora.

Os objetivos programáticos do Centro, por outro lado, credenciam-no à adesão de todos os brasileiros interessados na democratização do país. Seu Manifesto preconiza a transformação social profunda, de modo a que a democracia se torne efetivamente um bem acessível a todos os brasileiros. Nenhum democrata há de negar a necessidade dessa transformação, embora se reconheçam e se respeitem as diferenças de opinião quanto aos projetos e processos que a concretizem.

E o Manifesto afirma também o caráter prioritário da anistia, da livre organização dos partidos políticos, do direito de greve, da Assembléia Constituinte e outras conquistas que configurem a consecução do regime democrático, para abrir caminho à manifestação da vontade de todo o povo e, portanto, às transformações desejadas na estrutura social. Nenhum democrata há de negar essa verdade cristalina.

O Centro Brasil Democrático não é entretanto um partido político. É, sim, um instrumento orgânico de ação da frente democrática, no qual devem conviver todas as correntes que lutam pela democratização da vida brasileira. Não é tampouco um super-partido, no qual as tendências diversas sejam sufocadas, em benefício da unidade. É, sim, um estuário de tendências que, através amplo debate, acertam-se num denominador comum que permita a ação unida.

Não se propõe o Centro a ser mais um dos movimentos e organizações que a sociedade brasileira tem criado ou utilizado, nos últimos anos, com a finalidade de demonstrar seu desacordo com o atual regime político. Muito menos se propõe a substituí-los ou anulá-los. Bem ao contrário, propõe-se a ajudá-los nas lutas que se desenvolvem, a fim de que todos se somem com mais força na pressão democrática.

Propõe-se o Centro, ainda, a exercer um papel unitário importante nos embates que se seguirão à conquista do regime democrático. Novos elencos de alianças vão emergir então da dinâmica da luta, e será imperioso um grande esforço de debate, entendimento e mobilização, tanto no sentido de dar consequência ao avanço democrático, como no sentido de manter a unidade entre as forças que lutaram contra o fascismo e a reação, a fim de garantir a continuidade do processo democrático e evitar a rearticulação e a contra-ofensiva dos inimigos da democracia.

O Centro Brasil Democrático tem portanto diante de si uma proposição de trabalho de proporções inéditas em nosso país: a de constituir um fator de coesão e organicidade para as numerosas e diversificadas tentativas de unidade que, hoje e no futuro, vão ganhando corpo, com maior ou menor formalização, maior ou menor significação, maior ou menor extensão, nos múltiplos segmentos do campo democrático.

Essa proposição, para realizar-se em toda a plenitude, vai exigir o amadurecimento político das diversas correntes e tendências que devem compor a frente democrática, de tal sorte que transijam para unir, sem por isto perder sua identidade. E vai exigir que estejam associados ao Centro milhares e milhares de democratas, nucleados segundo sua profissão, lugar de residência ou de emprego, a fim de estabelecer e pôr em prática, nas organizações e movimentos aos quais estejam filiados, plataformas unitárias de luta pelos objetivos programáticos afirmados no Manifesto de fundação.

Por outro lado, sendo o Centro uma entidade de âmbito nacional, será sempre necessário levar em conta as características que a frente democrática assume em cada local, dada a diversidade de condições sociais e políticas vigentes em cada região ou cidade de nosso vasto país. É necessário pois conciliar o caráter nacional do Centro com a autonomia das seções estaduais, municipais, etc.

Em outros termos, as seções locais subordinam-se à Direção Nacional do Centro, a fim de que não haja dispersão ou discrepância de esforços, nem se desvirtue o empreendimento para uma inerme federação de centros. Mas elas precisam ao mesmo tempo ser particularmente sensíveis às exigências objetivas que nascem do movimento democrático em sua própria esfera de atuação. Para tanto, devem gozar do grau de liberdade necessário, naquilo que diz respeito às reivindicações de caráter local e aos meios de dar cumprimento às decisões e programações de âmbito nacional.

Os objetivos são ambiciosos, a luta por alcançá-los será complexa e árdua. Será um combate de largo prazo, até porque dada a tradição repressiva, intolerante e obscurantista dos que mandam na sociedade brasileira, o mais ajuizado será contar com uma caminhada longa e acidentada, até chegarmos à democracia que o povo brasileiro desde sempre almeja, mas que foi sempre recusada ou tolhida pelos governantes.

No que concerne ao Centro Brasil Democrático, foi dado o primeiro e mais importante passo: sua fundação. Agora, trata-se de dar vida prática à adesão dos que assinaram e virão a assinar o Manifesto de fundação, passando à luta organizada pelos objetivos comuns, com energia, espírito de unidade e convicção democrática.

SBH
D116 a 21
(3/8)

Oscar Niemeyer e Sergio Buarque de Hollanda na Assembléia de fundação do Centro Brasil Democrático. Mais ao fundo, vêm-se Audálio Dantas, Adão Pereira Nunes, Osny Duarte Pereira, Moacyr Werneck de Castro, José Honório Rodrigues, Mário Schemberg, Alberto Passos Guimarães, Fernando Gasparian, Nelson Werneck Sodré e outros.

SERGIO BUARQUE DE HOLLÀNDA:

"Conseguirão Expulsar o Povo?"

Por que o Centro Brasil Democrático? O historiador Sérgio Buarque de Hollanda, 75 anos, tem uma resposta precisa para a criação da entidade.

"O Centro objetivou a unir em torno de um programa eminentemente democrático,todas as forças vivas da nação. E é através dessa mobilização que se bloquearão quaisquer tentativas de um retrocesso político". Hollanda observa que muitos afirmam que nunca houve democracia no Brasil. Ele diz, a esse respeito: "Na verdade, nunca houve democracia ideal. Até na Suíça existem abusos aos direitos humanos, se bem que em menor escala. Mas não é possível que o abuso passe a vigorar como lei. Ora, é preciso que exista pelo menos um paradigma, como um ideal democrático a ser atingido, para orientar a opinião do governo".

Ao assumir a Vice-Presidência do Centro Brasil Democrático, Sérgio Buarque de Hollanda deu seqüência a toda uma tradição sua de atitudes e compromissos em defesa da causa das liberdades públicas. No ocaso da ditadura de Getúlio Vargas, ele assumiu a presidência da Associação Brasileira de Escritores, que emitiu um eloqüente manifesto contra os crimes e abusos do aparelho político do Estado Novo. Duas décadas depois, já sob o império do regime instalado em abril de 1964, listas negras transitaram pelas Universidades de São Paulo, aposentando compulsoriamente os professores que não concordavam com a nova ordem política. Hollanda divulgou então um veemente protesto contra a violência, solicitando simultaneamente aposentadoria compulsória. Ele voltava a se solidarizar aí com os princípios democráticos que sempre nortearam sua conduta.

Segundo Hollanda, o problema do autoritarismo no Brasil é antigo. A Independência, por exemplo, passou-se num regime apenas de aparência democrática. Votavam os que dispunham de renda acima de cem mil réis, que eram relativamente poucos. "Atualmente — nota Hollanda —, nem podemos falar em eleições indiretas. Vigoram eleições de cabala, onde às vezes é um só homem que escolhe". Hollanda associa as origens do autoritarismo no Brasil ao militarismo. Em épocas passadas, os militares eram — como agora — figuras ativas da política e filiavam-se a partidos no Senado e nas Câmaras. Osório era liberal, Deodoro conservador, Pelotas liberal e assim por diante. Havia necessidade de participação política, mesmo porque era uma das formas de ascender na carreira militar. Hollanda compara, "até certo ponto", a situação do pós-guerra com o período atual. Elê chama a atenção para a política de direitos humanos do Presidente Jimmy Carter, dos Estados Unidos, os cuidados para manter intocável a imagem do regime na Europa, etc. Hollanda acha igualmente que, apesar da repressão contra a mobilização popular, a situação política está sofrendo sensíveis modificações. "A tal ponto que eu não acredito que o governo tivesse condições de, hoje, reeditar um novo pacote de abril, responsável por críticas até de quem o apóia. Costumo fazer uma comparação com outro abril, o de 1831, quando as Forças Armadas se juntaram ao povo para expulsar o monarca. Será que muitos abris depois o monarca conseguiria expulsar o povo?"

Hermes Lima: Uma Perda Para a Luta Democrática

O último ato político de Hermes Lima — falecido em 1.º de outubro, aos 75 anos — talvez tenha sido sua inscrição como sócio fundador do Centro Brasil Democrático, cujo Conselho Consultivo passou a integrar com entusiasmo, confirmando uma constante de toda sua vida: o firme desejo de participar.

Graduado em Direito, em 1924, já no ano seguinte assumiu o cargo de secretário particular do governador da Bahia, ao tempo que passava a acumular uma cátedra de sociologia — a primeira que se instituiu no país — com a colaboração regular para a imprensa.

Daí em diante, suas atividades estiveram ligadas à política, ao direito, ao jornalismo e à literatura, assuntos aos quais se dedicou, muitas vezes simultaneamente e sempre com o sentimento voltado para o interesse público.

Integrante do Movimento Modernista e soldado da Revolução de 1932, em São Paulo, professor de Introdução à Ciência no Direito, participante da Aliança Nacional Libertadora, enfrentaria em 1935 sua primeira prisão, ao passo que era demitido da Faculdade Nacional de Direito.

Mas já em 1945, derrubada a ditadura, voltava a lecionar e elegia-se deputado à Assembléia Constituinte.

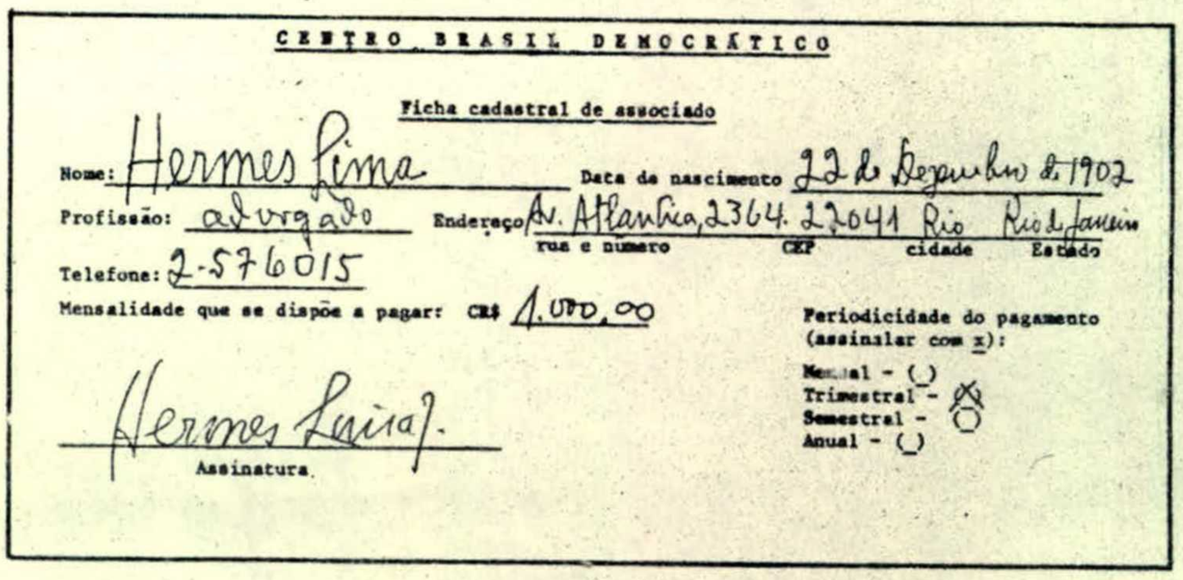
Foi membro do Partido Socialista Brasileiro que, segundo Barbosa Lima Sobrinho, "iria marcar toda a sua vida, pois que foi, com ele e depois dele, dentro da Esquerda Democrática, um fiel representante."

Em 1961 passou a chefiar a Casa Civil do governo João Goulart, transferindo-se a seguir para o Ministério do Trabalho e alcançando finalmente o posto de primeiro-ministro, do qual sairia — com a volta ao presidencialismo — para a pasta das Relações Exteriores. Em 1963, deixa o Executivo, nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal, no qual seria alcançado pela punição do Ato Institucional n.º 5, em companhia de Evandro Lins e de Victor Nunes Leal.

Afastado compulsoriamente da vida pública, voltou à advocacia e à literatura. Foi eleito para a Academia Brasileira de Letras, num pleito ao qual nenhum outro escritor se dispôs a concorrer e, logo depois, editou "Travessia", livro autobiográfico em que narra o longo caminho percorrido na defesa de suas idéias.

Embora escoteiro era solidário.

Barbosa Lima Sobrinho, no artigo que publicou em 15 de outubro, no JB, disse que a concepção política de Hermes Lima poderia traduzir-se num trecho de seu livro de memórias: "O modelo brasileiro terá de atender a exigências próprias de sua filosofia e de seu conteúdo. A filosofia está a indicar que ao Estado caberá atuante papel organizador, de modo que nem o latifúndio, nem a concentração de renda, nem o caráter elitista da sociedade, oriundo de privilégiós materiais e educacionais, desvirtuem o alcance da conquista de melhores níveis econômicos e humanos. No conteúdo está o povo, que é a primeira realidade..."



CENTRO BRASIL DEMOCRÁTICO

Ficha cadastral de associado

Nome: Hermes Lima — Data de nascimento 22 de Dezembro de 1902

Profissão: advogado — Endereço: Av. Atlantica, 2364 — 22041 — Rio — Rio de Janeiro
rua e numero — CEP — cidade — Estado

Telefone: 2-576015

Mensalidade que se dispõe a pagar: Cr$ 1.000,00

Periodicidade do pagamento (assinalar com x):
Mensal - ( )
Trimestral - (x)
Semestral - ( )
Anual - ( )

Hermes Lima
Assinatura

Três dias antes do acidente circulatório que o matou, Hermes Lima enviou à sede do Centro Brasil Democrático sua ficha cadastral, preenchida de próprio punho e assinada.

SBH
D1/6 ex21
(4/8)

O Problema Democrático

NELSON WERNECK SODRÉ

Um dos sintomas mais auspiciosos da fase que estamos vivendo, no Brasil, reside na tomada de consicência sobre o problema fundamental com que se defronta o nosso povo. A cada dia que passa, cresce a mobilização das forças interessadas numa saída democrática para a situação a que o regime vigente nos levou. Surge, com nitidez, o consenso de que o problema democrático está na raiz de todas as soluções e de todas as fórmulas. Na medida em que, realmente, na prática e não apenas na letras de atos de governo ou de leis, vigorem condições democráticas de vida é que o processo avançará. Sem a ampliação do espaço democrático tudo o mais será impossícel. É muito difícil, sempre, estabelecer prioridades para um processo histórico que depende de variáveis numerosas. Tudo está relacionado com tudo e a complexidade da estrutura social brasileira encontra consequências na atividade política, tornando-a, por vezes, aparentemente confusa. É alentador verificar que, apesar disso, sente-se o esforço, ainda disperso, no sentido de colocar o problema democrático como condicionador de tudo. Nesse sentido, a criação do Centro Brasil Democrático atendeu a um sentimento generalizado e correspondeu à necessidade.

Um dos piores malefícios que o regime vigente nos proporcionou foi, sem dúvida, a dispersão, o debilitamento ou o desaparecimento, quase que total, das formas de organização e de agrupamento de forças, antes existentes. A extinção dos partidos políticos e, depois, a criação, por disposição imposta, de dois partidos artificiais, a repressão à organização sindical e o pavor a qualquer fortalecimento dos sindicatos de trabalhadores e particularmente de frentes sindicais ou agrupamentos sindicais, a repressão às organizações estudantis e a proibição de seu agrupamento em entidade nacional, a violenta repressão a formas de organização que brotaram espontaneamente da realidade, como tentativas de suprir crescentes necessidades de mobilização e de luta, representam a consciência dos responsáveis pelo regime vigente de que as condições mínimas de democracia provocariam, inevitavelmente, o surgimento de formas de organização cuja pressão para a sobrevivência teria de ser atendida algum dia. Como a vida é que ensina as formas de ação e de mobilização, ainda que através de frustrações e ensaios às vezes, ao longo dos últimos meses começaram a brotar em diversas áreas formas de organização novas, enquanto outras, preexistentes, ganharam vitalidade irreprimível e começaram a ocupar espaço na área política. Tudo isto significa que o anseio democrático estava profundamente enraizado e, recalcado por três lustros, repontava com vigor. O problema democrático, a pouco e pouco, denunciava a sua importância e se destacava como o mais importante, no processo que estamos atravessando de passagem de um regime liberticida para um regime de liberdade.

Por isso mesmo, todas as formas de organização em que a forma seja democrática, isto é, que surja do consenso, que una, que agrupe, que permita avançar, e que, consequentemente, resulte de pronunciamentos livres e de necessidades legítimas de representação e de ação, merecem estímulo e defesa. A proliferação dessas formas organizativas constituirá aquilo que alguém conheceu como tecido democrático, isto é, uma seriação de agrupamentos, nascidos de necessidades sociais e políticas, e fundados na livre opinião e no movimento livre de seus componentes, que podem assumir as formas mais diversas, desde as do clube desportivo até as dos centros de estudo, passando das associações de bairro às entidades religiosas. Na medida em que os cidadãos se habituem a agrupar-se e organizar-se, e na medida em que, para isso, compreendam que o meio é a legitimação pela escolha livre de formas, de estrutura e de direções, o processo democrático avançará e as reivindicações democráticas, crescentes numa sociedade avançada, como a nossa já é, começarão a ser ouvidas e atendidas.

Historiador, General do Exército, Nelson Werneck Sodré é membro do Conselho Consultivo do Centro Brasil Democrático.

Os Trabalhadores Precisam de um Regime Democrático

DEMISTHÓCLIDES BATISTA

O que hoje está perfeitamente claro é que, com a instauração do arbítrio implantado há 14 anos pelo regime militar, a maior parcela de sacrifícios coube aos trabalhadores, com a supressão de direitos tão duramente conquistados, e com o sufocamento da participação dos operários nas propostas para o aprimoramento da sociedade a que pertence.

No exato momento em que foi retirada dos trabalhadores a liberdade de se reunir, discutir e coletivamente defender direitos e ampliar conquistas, se completou o golpe contrário à maior parcela da sociedade brasileira.

Assim, iniciando com a brutal intervenção nas entidades mais combativas, a que se seguiram a prisão dos seus dirigentes, as cassações dos seus direitos políticos, os exílios, os banimentos, os sequestros, as torturas e mortes de suas lideranças, foi aberto o longo caminho do aviltamento dos salários, dos aumentos das jornadas de trabalho, do fim da estabilidade, do desemprego, dos despejos em massa de trabalhadores dos conjuntos habitacionais, da carestia de vida, da miséria e da fome.

Hoje, é indisfarçável o sentimento de todo um povo, que busca urgentemente o seu reencontro com o estado de direito democrático, no qual, as reivindicações dos trabalhadores, principalmente, possam ser discutidas e defendidas às claras, sem que o batismo oficial as transforme em caso de polícia, como vem ocorrendo.

Daí, entendemos, a oportunísima presença hoje, do CENTRO BRASIL DEMOCRÁTICO, que se propõe a trabalhar, juntamente com todas as camadas da população, para apressar o advento de um estado de direito democrático, o que possibilitará aos trabalhadores, em particular, uma participação cada vez mais efetiva, na sua luta permanente por melhores condições de vida e de trabalho, contribuindo para a transformação e o aprimoramento da sociedade que integram, dentro do papel histórico que no correr dos tempos vem sendo creditado, também, como uma tarefa própria da classe operária.

Ex-Presidente do Sindicato dos Ferroviários da Leopoldina. Deputado Federal cassado em 1964, Demisthóclides Batista é fundador e membro do Conselho Deliberativo do Centro Brasil Democrático.

Um Aceno de Esperança

A. C. SIGMARINGA SEIXAS

A versão oficial da história apresenta o Brasil como um país singular. Sem lutas intestinais, sem sangue, a concorrer, pacificamente, a sua gente, para as mutações político-sociais, como a Independência, a Abolição, a República, exemplos mais expressivos dessa apregoada inércia nacional.

Obscurecem-se, entretanto, intencionalmente, os movimentos populares, esmagados, impiedosamente, até a chacina, a exemplo dos Quilombos-Palmares, da Confederação do Equador, da Balaiada, da Guerra dos Farrapos de Canudos.

Talvez estejamos no dealbar de uma nova era, sem o sabermos, como os contemporâneos de Cristo não supunham viver num divisor de civilizações.

Os marcos históricos são plantados retrospectivamente.

Sopram em todas as partes do mundo ventos renovadores, contidos, aqui, desviados acolá, pelas montanhas de resistência de uma ordem econômica e social caduca.

Daí, o apogeu das violências de todos os matizes, esmagando o indivíduo, física, moral, psíquica e socialmente.

Os caminhos da democracia levar-nos-ão à conquista da paz social. Indispensável, para isso, a mobilização popular. A necessidade de cada um, como ser eminentemente social, no aforismo aristotélico, particular dos movimentos de opinião, em busca de solução dos profundos problemas que desafiam a inteligência, a sensibilidade dos intelectuais e a intuição e a sabedoria das massas obreiras.

A democracia encerra conceito tricotômico: político, econômico social.

As rupturas do tênue processo de nossa evolução cabocla têm-nos impedido de aperfeiçoá-la politicamente.

A República animou-se da preocupação constante de preservar-lhe os aspectos formais, engendrando, num sistema de pesos e contrapesos, meios de manter o *statu quo*.

Intelectuais, trabalhadores, os marginalizados pela miséria, o povo, enfim, sempre contido, e à margem dos acontecimentos, contempla o evolver de uma história que não é a sua.

Até hoje, esse pseudo regime democrático converte-se em conveniente escudo das elites, representativas do poder econômico, dos latifundiários, da burocracia governamental, etc.

Antevejo no Centro Brasil Democrático instrumento de aglutinação dos anseios populares, sempre impedidos de revelar sua poderosa presença majoritária.

Não se destina a ser um organismo transitório, no empenho da restauração imediata e necessária do Estado de Direito. Seus horizontes são mais amplos. Opor-se-á aos movimentos retrogrados e con-ver-ter-se-á em força propulsora do aperfeiçoamento democrático, mercê de trabalho de proselitismo, convocando a todos para a obra comum de participação efetiva nos destinos da nacionalidade, dentro ou fora ou acima dos partidos políticos.

Busca-se a democracia autêntica, no respeito à pessoa humana, com o propósito de pôr fim às violências e ao autoritarismo dos governos, no plano político; à miséria, no plano econômico; aos injustos e absurdos desníveis e privilégios, no plano social.

Essa a contribuição histórica que antevejo para o Centro, a esmagar o obscurantismo ou a reação imprudente, através do estudo, da palavra e da ação.

Advogado, A. C. Sigmaringa Seixas é fundador, membro do Conselho Deliberativo e Presidente da Seção do Distrito Federal do Centro Brasil Democrático.

SBH
D1|6&21
(5/8)

Uma Luta de Fôlego Longo

ANTONIO HOUAISS

Os democratas — sem adjetivos — não podemos nutrir ilusões quanto às "aberturas" políticas que vêm sendo consentidas pelo Príncipe. Há, nas áreas do Poder e sua periferia, a vocação de que devem ocorrer transformações formais, contanto que os beneficiários continuem sendo os mesmos estratos, estamentos, segmentos ou classes que fruíram das poupanças e investimentos provindos do achatamento salarial, do estrangulamento das dotações para fins educacionais, sanitários e de saúde, da diminuição quantitativa a qualitativa da dieta popular — e de outras medidas "salvacionistas" afins ou conexas.

Os democratas nunca fomos ouvidos ou sequer auscultados quanto ao que fazer com a Pátria e o Povo que nos são comuns. Devemos, entretanto, tornar claro e público o nosso pensamento.

É o sentimento desse dever que está na origem do Centro Brasil Democrático: aspiramos a reunir no seu seio, em quantos locais possíveis do território nacional, todos os que crêem que os brasileiros podemos ter uma vida material e espiritual decorosa e que a felicidade ou alegria de viver não seja privilégio de uma minoria, privilégio calcado sobre a desgraça e a tristeza da maioria — aliás a trabalhadora, a geradora dos bens materiais e espirituais aos quais, entretanto, não tem acesso.

Somos, assim, o foco de uma vontade em marcha, que só se sentirá realizada de forma suportável e desejável por todos, quando a Declaração Universal dos Direitos Humanos for integralmente observada, respeitada e cultivada por todos os brasileiros, a principiar por aqueles que tiverem sido democraticamente (isto é, pela vontade do povo e do povo não discriminado ou violentado ou aviltado) investidos de qualquer parcela, ou fração infinitésima que seja, de Poder.

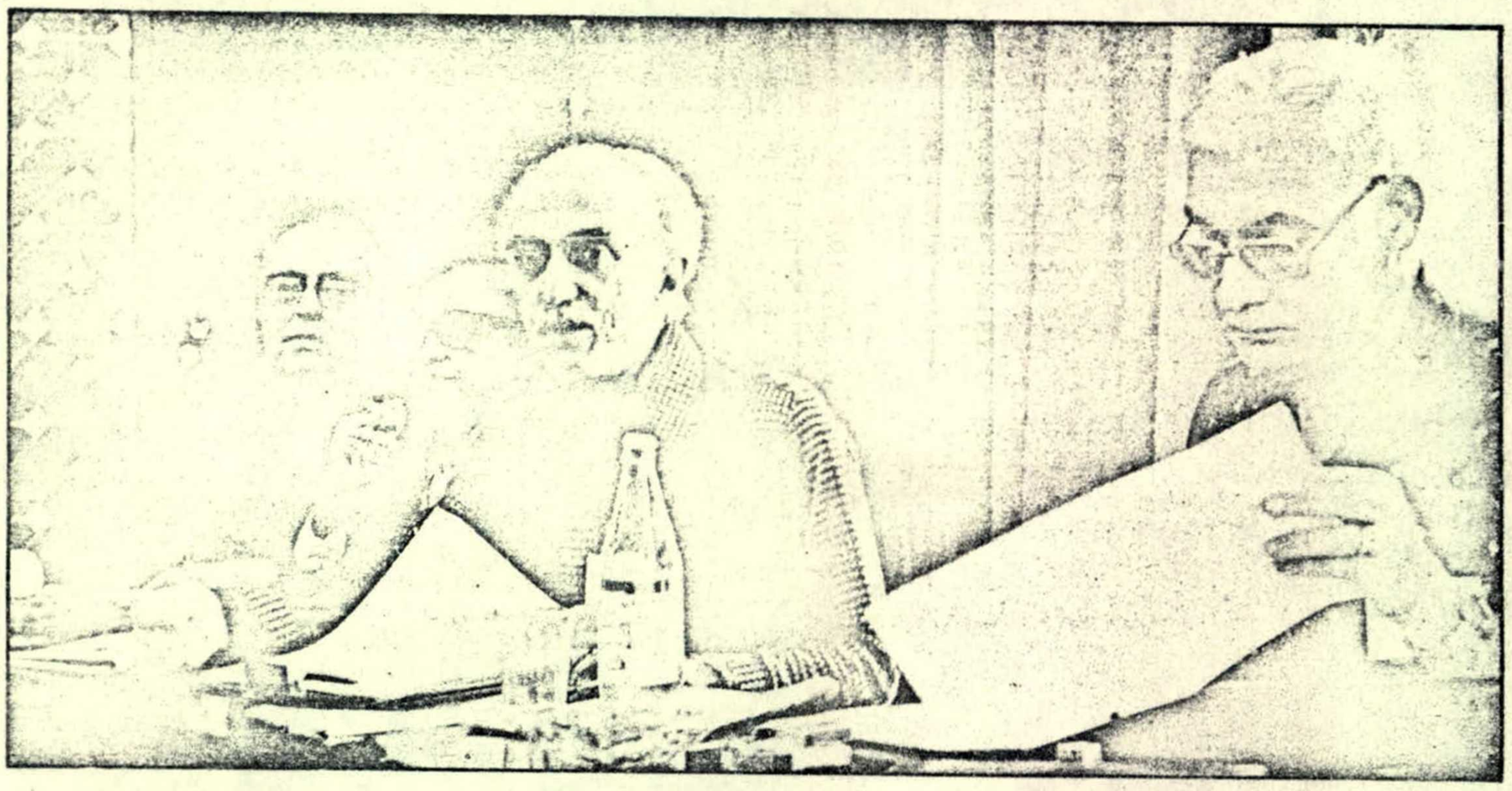
Caminhamos resolutamente, nós do Centro Brasil Democrático, para a realização do Primeiro Congresso Brasileiro dos Trabalhadores Intelectuais, a fim de aprovarmos, democraticamente, um corpo de teses que possam unir-nos em objetivos comuns, aferindo, a partir delas, aqueles partidos que deverão merecer algum credito de confiança democrática, na medida em que as aceitarem e lutarem por sua efetivação e concretização.

Isso significa que, se a legalidade democrática é uma aspiração nossa, é na proporção em que também abre as portas, sem traumatismos sociais, para a legalidade democrática da fruição dos bens materiais e espirituais — sem vergonhosas manchas de fome, de subnutrição, de doenças, de deformidades, de relento, de pés descalços, de analfabetos, de miseráveis, em suma.

Isso significa, também, que como democratas, não temos o direito de iludir-nos, pensando que possamos atingir esses objetivos legais e sociais em curto ou médio prazo, razão por que o Centro Brasil Democrático espera contar com o apoio dos seus presentes e futuros associados para uma existência de várias décadas de estudo, solidariedade e revindicações democráticas.

Eis por que nutrimos a esperança de sermos, no Centro Brasil Democrático, a confluência de todos os democratas, quaisquer que sejam seus credos, crenças, princípios, convicções, sentimentos ou aspirações, desde que compatíveis com as realidades materiais e espirituais que possam ser hauridas por todos no culto da Democracia legal e social.

Escritor, Antonio Houaiss é fundador e Secretário Geral do Centro Brasil Democrático.



Após a fundação do Centro Brasil Democrático, foi realizada uma entrevista coletiva à imprensa, para a divulgação do fato. A entrevista realizou-se também no Hotel Nacional. Na foto, a mesa presidiu a entrevista; da esquerda para a direita, Sergio Buarque de Hollanda, Oscar Niemeyer, Antônio Houaiss e Ênio Silveira.

Desafio a Enfrentar

ÊNIO SILVEIRA

Há mais de 14 anos estamos sob um regime autoritário, que substitui o Estado de Direito pelo direito da força e, com a arrogância de sua autosuficiência, trouxe o Brasil à triste e precária situação em que se encontra hoje, que é a de crise aguda em todas as áreas, sociais, políticas e institucionais.

Nossa união no Centro Brasil Democrático visa a dar forma e maior substância, através de coordenação dinâmica, ao nosso repúdio a esse arbítrio e às nossas aspirações individuais e coletivas de viver e trabalhar para a edificação de uma sociedade justa e democrática, na qual os direitos humanos sejam respeitados em plenitude e as autoridades legitimamente constituídas se obriguem a respeitar a Lei.

Há por certo diferenças pessoais em nosso enfoque de cada problema e na busca de soluções para eles. Temos todos em comum, no entanto, uma sólida base de respeito recíproco, solidários que estamos em nossos propósitos de contribuir individual e coletivamente para que a Nação regresse o quanto antes ao Estado de Direito, corrija o desvio imposto à sua marcha rumo à Democracia, à auto-gestão de seus interesses, à emancipação plena no cenário das relações internacionais.

Em cada um de nossos campos de atuação pessoal, apesar das severas limitações que nos foram impostas ao longo desta longa noite de arbítrio e repressão, temos procurado sempre resistir ao estrangulamento das liberdades públicas, acreditando na inevitabilidade de um amanhã menos sombrio e lutando por apressá-lo.

A prática nos demonstrou, entretanto, que esforços isolados, por mais decididos, corajosos e conseqüentes que sejam, não conseguirão remover tais limitações. Em todos os cantos, em todas as casas, em todas as consciências democráticas surgiu e está crescendo com vigor a crença na necessidade de lutar organizadamente, ombro a ombro, pela Democracia e pelos Direitos Humanos.

O Centro Brasil Democrático criou-se em sintonia com esse espírito, e será mais um instrumento dessa luta, unido aos que demais existam ou venham a existir nesse grande mutirão libertário de homens e mulheres cansados de tão absurda tutela.

Não nos proporemos a criar um novo Modelo Brasileiro, pois não temos a auto-suficiência daqueles que se julgam salvadores da Pátria e, na verdade, a colocam a serviço de seus preconceitos. Pretendemos estender as mãos a todos os que quiserem estudar conosco as mudanças institucionais profundas de que a Nação necessita, a fim de que todos os brasileiros possam livremente escolher o tipo de sociedade em que desejam viver. Uma sociedade, evidentemente, que não seja posta a serviço de uns poucos privilegiados e de seus sócios ou patrões internacionais.

Não somos uma entidade subordinada a partidos políticos, mas haverá claro sentido político em tudo o que fizermos. Lutaremos sem esmorecimento pela anistia ampla, sem a qual não se poderá sequer iniciar uma discussão democrática a respeito do futuro; lutaremos com firmeza pela revogação imediata de todos os instrumentos vigentes de repressão e abuso de poder, tais como o AI 5, a atual Lei de Segurança Nacional; lutaremos conseqüentemente pelos direitos de livre associação, de greve e tantos outros ora espezinhados ou suprimidos.

Nosso Programa de Trabalho inclui tarefas gigantescas, sem dúvida, mas aceitamos unidos o desafio de executá-las, realizando-nos amplamente, como indivíduos e cidadãos, no processo de transformá-las em algo vivo e atuante. E podemos começar lembrando os versos de Rafael Alberti:

"Venid, llegad, cerremonos las manos,
que un claro viento nuevo nos reanima
y hasta la sangre en lo que fuera sima
sube creciendo derramada en granos."

Editor, publicista, Ênio Silveira é fundador e Vice-Presidente do Centro Brasil Democrático.

SBH
D116 ex21
(6/2)

Em Pauta: Direitos da Classe Operária

A realização de um seminário para o levantamento das reivindicações unitárias dos trabalhadores quanto aos seus direitos democráticos é um dos pontos incluídos no programa de trabalho aprovado na Assembléia inaugural do Centro Brasil Democrático.

Em sua reunião de 28 de agosto, o Conselho Diretor aprovou a imediata adoção de providências no sentido de pôr em prática essa iniciativa. O seminário deverá realizar-se em São Paulo, em data próxima a ser fixada, com a participação de cientistas sociais, advogados trabalhistas e líderes sindicais de todo o país. A autonomia sindical, o direito de greve, a legislação sobre segurança do trabalho, etc., serão os temas em debate, com vistas a formulação de uma plataforma que favoreça a ação unida de todos os interessados na lûta da classe operária por seus direitos democráticos, numa escala nacional.

O Presidente do Centro Brasil Democrático, Oscar Niemeyer, nomeará uma Comissão Preparatória, para esse fim.

"Comissão do Livro Branco"

Instalou-se já, e começou a trabalhar, a "Comissão do Livro Branco", criada pelo Conselho Diretor do Centro Brasil Democrático em sua reunião de 28 de agosto último. A finalidade da Comissão é preparar, para edição pelo Centro, um volume no qual estejam registradas e catalogadas, de forma tão completa e ampla quanto possível, as violações de direitos humanos ocorridas no país desde 1964.

A Comissão é constituída pelo renomado historiador e documentarista Hélio Silva; pelo advogado José Carlos Dias, de conhecida militância na defesa de presos políticos, Presidente da Comissão de Justiça e Paz de São Paulo; pelo historiador e ensaísta de renome internacional, José Honório Rodrigues; pelo jornalista, escritor e *expert* em indexação Moacir Werneck de Castro; e pelo advogado Modesto da Silveira, de vasta e conhecida experiência no campo da defesa de presos e perseguidos políticos.

Presentemente, a Comissão organiza as equipes de pesquisadores e os métodos de trabalho a que recorrerá, em sua obra. Ela precisa de voluntários que a ajudem nesse trabalho de investigação, preferentemente pessoas que tenham experiência no gênero e algumas horas disponíveis por dia. Os interessados devem escrever ao: Centro Brasil Democrático — Comissão do Livro Branco — Avenida Atlântica 3.940 — Cj. 201; CEP 20070, Rio de Janeiro.

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos

No desempenho de missão que lhe confiou a Assembléia de fundação, o Conselho Diretor do Centro Brasil Democrático formalizou a criação da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da entidade, em reunião realizada a 28 de agosto último.

Integrada por elementos representativos de diversas categorias e entidades profissionais que têm trato direto e larga experiência com a questão da defesa dos direitos humanos, especialmente advogados e jornalistas, mas também por personalidades de outros setores que se destacaram nesse campo, a Comissão designada pelo Conselho Diretor ganha igualmente caráter nacional, ao incluir representantes de diversas unidades da Federação.

Com sua alta representatividade social e na escala de todo o país, a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos do Centro Brasil Democrático estará apta a fazer face à atribuição que lhe foi destinada: vigiar pela observância dos direitos humanos e dar apoio jurídico e material às vítimas do arbítrio policial. Ela receberá as denúncias encaminhadas ao Centro, promoverá investigação sobre cada denúncia e, na medida de suas possibilidades, organizará um serviço de ajuda às vítimas, por meio de providências de caráter jurídico e material.

Juntamente com a OAB, a ABI, a CNBB e outras entidades que prestam serviço nesse campo, a CDDH vai procurar uma coordenação de esforços de todos os interessados na luta pelo respeito à dignidade humana em nosso país e prestará por isso um serviço público altamente relevante, a que o poder de Estado se vem recusando. Recorda-se que o órgão oficial ao qual incumbiria essa tarefa, a Conselho Nacional de Direitos Humanos, decaiu para uma posição de intencional omissão e praticamente encerrou seus trabalhos, não se reunindo há vários anos.

Por ordem alfabética, a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos constituída no Centro Brasil Democrático compõe-se com: Alberto Dines, jornalista, RJ; Aldo Lins e Silva, advogado, SP; Antonio Carlos Sigmaringa Seixas, advogado, DF; Antônio Modesto da Silveira, advogado, RJ; Carlos Alberto de Oliveira, jornalista, RJ; Chico Buarque de Hollanda, músico, RJ;D'Alembert Jaccoud, jornalista, DF; David de Moraes, jornalista, SP; Eny Raymundo Moreira, advogada, RJ; Joaquim Pedro de Andrade, cineasta, RJ; José Carlos Dias, advogado, SP; Josué Guimarães, jornalista, RS; Luis Eduardo Greenhalgh, advogado, SP; Luis Pinguelli Rosa, cientista, RJ; Mario Lago, ator, RJ; Miguel Costa Filho, jornalista, RJ; Raul Ryff, jornalista, RJ; Therezinha Zerbini, advogada, SP.

Raymundo Faoro Apoia e Aplaude

O Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Raymundo Faoro, enviou a Oscar Niemeyer uma carta na qual, ao mesmo tempo que justifica o fato de não assinar o Manifesto de fundação do Centro Brasil Democrático, expressa caloroso apoio à iniciativa. É o seguinte o texto da carta:

"Prezado Niemeyer. Recebi sua carta, em que submete à minha apreciação o ingresso no Centro Brasil Democrático, cujos altos fins muito me sensibilizam, na consciência de brasileiro e democrata. Quero que V. compreenda, ao louvar-lhe a iniciativa, que tenho impedimentos estatutários para aderir à convocação, único motivo que me afasta desse bravo, valioso e necessário empreendimento. Não obstante, ainda uma vez, transmito-lhe minha simpatia e meus cumprimentos, a V. e aos demais fundadores, pela criação do Centro. Um abraço do Raymundo Faoro."

Presos Políticos Enviam Mensagem

Os presos políticos do Presídio da rua Frei Caneca, no Rio de Janeiro, enviaram mensagem de apoio à criação do Centro Brasil Democrático. O texto da mensagem é o seguinte:

"Queremos congratular-nos com os fundadores do Centro Brasil Democrático, pois somente através da organização dos diversos segmentos da sociedade brasileira será possível derrotar a ditadura militar.

"As transformações de profundidade de que necessita, com urgência o Brasil, não serão conquistadas sem a participação direta do povo. As reformas políticas, que garantam uma democracia com ampla participação popular, não podem ser apartadas de soluções econômicas e sociais. Há que se ter enfoque global da realidade brasileira, caso contrário o povo, aquele que trabalha e produz a riqueza nacional, continuará sendo enganado e explorado ainda mais.

"Destacamos a definição do Centro Brasil Democrático em favor da Anistia, juntando-se assim àqueles que estão lutando por uma Anistia ampla, geral e irrestrita, exigência da sociedade brasileira.

"Estamos certos de que os integrantes do Centro Brasil Democrático irão contribuir, efetivamente, no sentido de que os nossos problemas nacionais encontrem soluções rápidas e definitivas."

Assinam a mensagem: Alex Polari de Alverga, Alípio de Freitas, Amadeu de Almeida Rocha, Antonio Pereira Matos, Carlos Alberto Salles, Gilney Amorim Viana, Helio Silva, Hermes Machado Neto, Jefferson B. do Nascimento, Jesus Paredes Soto, Jorge Raymundo Junior, Jorge Santos Odria, José André Borges, José Roberto Rezende, José Sergio V. Manoel Henrique Ferreira, Nelson Rodrigues Filho, Nilson Venância, Paulo Henrique D. Rocha Lins, Paulo Roberto Jabur, Perly Cipriano, Romulo Noronha Albuquerque, Zaqueu José Bento.

SBH
D1/6 cx21
(7/8)

O Preto Forro

JOÃO SALDANHA

Muitos pensam que os jogadores de futebol constituem camada privilegiada na sociedade, particularmente na sociedade brasileira. Nada mais falso.

Quando manifestações de inveja aparecem reclamando os "altos salários" destes atletas profissionais, pode ser respondido simplesmente que, no Rio de Janeiro, onde estão os mais elevados salários do Brasil, a média de salário de jogadores de futebol não ultrapassa cinco mil cruzeiros. E tal média alcança este nível porque cerca de trinta jogadores tem salários superiores a vinte mil; vinte têm salários superiores a vinte e cinco mil; oito, salários superiores a quarenta mil e cinco tem salários que vão de cinqüenta até cento e vinte mil (um). Este pequeno grupo de trinta jogadores é que faz a média salarial atingir cerca de cinco mil cruzeiros. Do contrário teríamos uma média de três mil, com a maioria ganhando o que aliás recebe, salário mínimo. E gratificações? perguntaria alguém. Não, estes jogadores jogam em equipes que raramente ganham e quando ganham dão insignificantes gratificações que poderiam até serem chamadas de gorjetas. Ou são reservas dos times melhores.

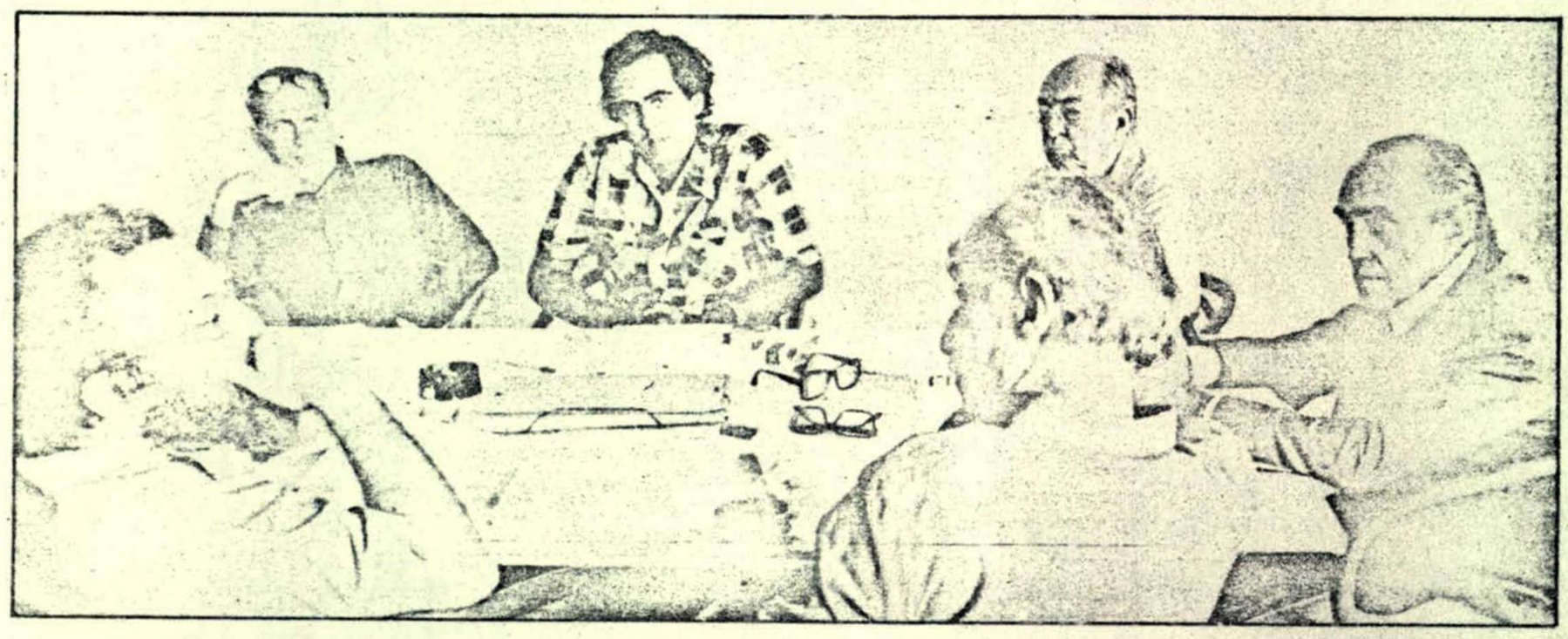
É talvez a camada ou categoria profissional que menos direitos tem na face da terra. Um jogador, quando termina seu contrato continua **preso** ao clube que, se quizer o **vende** ou não. Esta estranha situação existe mesmo em outros países mas com prazos limitados. Na Espanha por exemplo, no fim de terceiro ano de contrato o jogador está **livre**. A medida do **passe** tem certas razões. Funciona como uma espécie de alfândega. Do contrário os clubes menos ricos ou por questões de diferença de desenvolvimento, acabariam sem jogadores. Também em fim de cada temporada os clubes se diluiriam. Os do Vasco iriam para o Flamengo, os do Corintians para o Palmeiras e vice-versa, perdendo o público apaixonado e torcedor, a mística de seus ídolos. Certo. Mas manter eternamente preso o jogador, é esbulhar um direito humano elementar. No término do contrato os clubes dizem: "ou renova por vinte ou seu passe custará cem, duzentos...," ou qualquer coisa arbitrária, desumana e coatora.

Os clubes dão aos jogadores, no caso de uma transferência, quinze por cento do total da venda (vejam bem: venda de um homem em 1978)! Mas quinze por cento de que, se eles não vendem ou se exigem um absurdo?

Em outros países, onde os direitos humanos são mais respeitados e atendendo aos interesses de "Alfândega", reais e necessários, os prasos vão de três a quatro anos, no máximo, quando o jogador é livre sem qualquer pagamento. É lógico que nestes países os contratos são de três ou quatro anos e terminam quando terminarem.

O leitor perguntaria confuso: "Mas os jogadores de futebol são indefesos? Eles não reclamam?" — Sim, reclamam e muito, mas somente no âmbito de protesto. Tentam se organizar, não somente pelo aspecto de seus contratos de trabalho mas pelo da Previdência Social. Mas é difícil. Sua pequena e constantemente interrupta atividade: ora estão aqui ora acolá (Leão que veio para o Rio é o presidente da Associação de São Paulo) faz com que as débeis organizações sejam permanentemente enfraquecidas. E também a média de atividade que é pequena faz outra dificuldade maior da organização. Em alguns países, na França por exemplo, existem Sindicatos poderosos. Na Argentina também. Mas mesmo lá o funcionamento é difícil. A média de atividade de um jogador não ultrapassa, na França, de cinco anos e quatro meses. Aqui, não temos dados, deve ser menor. Mas a brutalidade da profissão faz com que os atletas terminem sonados como boxeadores e, quase todos inadaptados psiquicamente para outras atividades. O grau de instrução é de primeiro ano primário e terminado o último contrato, no mesmo momento, acabou-se o dinheiro e o emprego. O jogador se marginaliza, sua família quase sempre se desagrega. Eles representam um dos mais sérios dramas sociais no Brasil. E, curiosamente, talvez por causa de meia dúzia de ídolos, esta classe de "bóia fria" é invejada. Os jogadores deveriam ser protegidos por legislação especial. Têm menos direitos do que um preto forro da escravatura. Seu tempo de serviço não permite aposentadoria e seu desgaste físico e psíquico quase os liquida. Positivamente eles estão mais atrazados em matéria de direitos humanos do que qualquer outra categoria profissional.

João Saldanha é jornalista, sócio fundador e Diretor do Centro Brasil Democrático.



Na reunião do Conselho Diretor, sob a Presidência de Oscar Niemeyer, participaram Francisco de Oliveira, Antônio Houaiss, Mauro Lins e Silva, Joel Teodósio e João Saldanha, que aparecem na foto nessa ordem, além de Dias Gomes, não focalizado pelo fotógrafo.

UNIR O QUE ESTÁ DISPERSO E AVANÇAR PARA O FUTURO

JOEL TEODÓSIO

A fundação do Centro Brasil Democrático, levando-se em conta os objetivos políticos expressos em seu Manifesto, a expressão intelectual e política de dezenas de seus fundadores, bem como os seus objetivos programáticos, pode constituir-se em um acontecimento de dimensões históricas. Pela primeira vez em nosso país, dezenas de personalidades significativas da vida cultural e política tentam reunir-se, de maneira consistente, em torno de objetivos unitários de grande alcance para o desenvolvimento verdadeiramente democrático da nação.

Por democratização da vida brasileira os signatários do manifesto de fundação entendem não apenas a conquista de um regime em que "os cidadãos possam exercer seus direitos e as autoridades se obriguem a respeitar a lei", ou seja, o Estado de direito democrático, como também que a sociedade deve passar por profundas transformações econômico-sociais e em sua organização institucional e social, de tal modo que os frutos do trabalho se destinem àqueles que realmente produzem a riqueza do país.

Por outro lado, os signatários do manifesto de fundação do Centro concordam na "existência de objetivos prioritários, preliminares, cuja consecução abrirá caminho à renovação democrática e à emancipação nacional. Neste sentido, declaram que são "pessoas de diferentes concepções políticas e religiosas, mas que têm em comum a crença na necessidade de lutar pela democracia e pelos direitos humanos em nosso país".

Não está portanto em jogo apenas um simples manifesto com o qual concordam seus signatários. Deu-se um passo no sentido de unir politicamente atividades tradicionalmente dispersas. Trata-se da possibilidade de vincular a criatividade da inteligência brasileira a objetivos unitários de longo alcance, bem como a objetivos políticos prioritários, fazendo com que se fortaleçam as reivindicações de todos aqueles que lutam pela democratização das instituições nacionais e de todos os segmentos da vida política, cultural, econômica e social do país.

Esta possibilidade se tornará realidade à medida que o Centro Brasil Democrático aglutine milhares de associados que passem a participar, com sugestões e iniciativas, de suas realizações. Assim é que, por exemplo, um Congresso Brasileiro de Intelectuais poderá ter o significado não apenas de levantamento de teses a respeito da ciência, das artes, da universidade, etc. Poderá aglutinar em torno de perspectivas de solução democrática, todas as reivindicações concretas que hoje fazem parte das preocupações dos cientistas, universitários, artistas, etc. Do mesmo modo, a realização do Seminário sobre problemas sociais e trabalhistas, poderá contribuir para a solução de problemas sociais e econômicos que atingem amplos setores de nossa população. Neste sentido, é importante o fato de que o Centro Brasil Democrático pode tornar-se um veículo de propostas unitárias concretas, para a solução de inúmeros problemas políticos, sociais e econômicos, com que se debate hoje a maioria esmagadora dos brasileiros.

Professor universitário no Rio de Janeiro. Joel Teodósio é fundador e Subsecretário do Centro Brasil Democrático.

SBH
D1|6 cx21
(8|8)

Criado no Distrito Federal o Centro Brasil Democrático

Com a participação de cerca de 150 personalidades do meio intelectual e político da cidade, realizou-se em Brasília, no dia 11 de outubro último, a Assembléia de instalação da Seção local do Centro Brasil Democrático. O ato foi realizado na sede da Associação Comercial, e amplamente divulgado pelos meics de comunicação.

Presidiu a Assembléia o jornalista Hélio Doyle. Ao final da sessão, estava aprovado um programa de trabalho para a seccional brasiliense do Centro e um Conselho Diretor incumbido de executar o programa. Este põe em relevo, além dos objetivos do programa nacional do Centro, a reivindicação específica dos brasilienses, relativa aos direitos políticos da população do Distrito Federal, que foram praticamente cassados após 1964. Com a inspiração de aproximar o Centro Brasil Democrático das massas trabalhadoras, o programa da Seção do Distrito Federal marca o propósito igualmente de instalar subseções da entidade nas cidades-satélites da Capital.

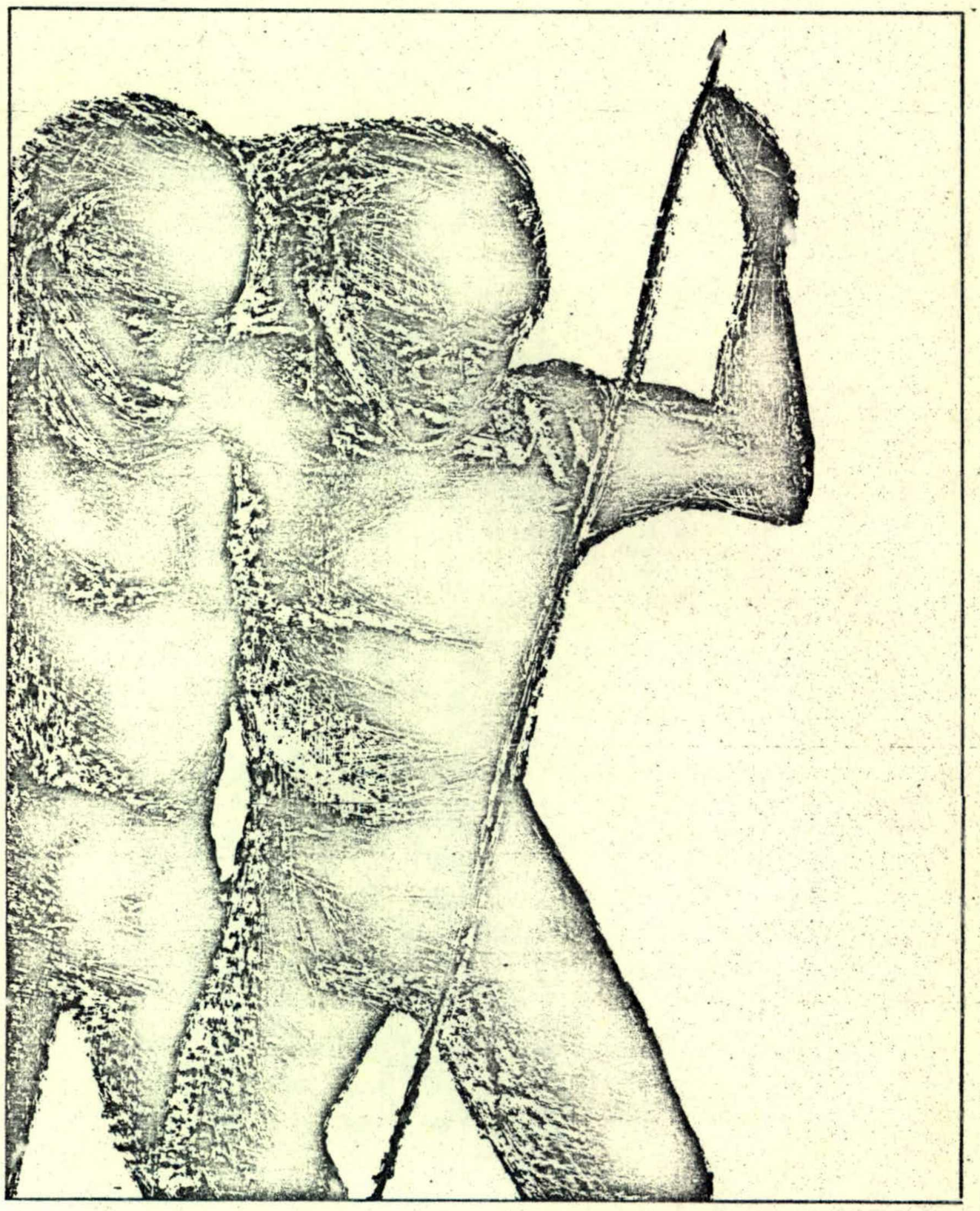
O Conselho Diretor da Seção ficou assim constituído: Presidente, Antônio Carlos Sigmaringa Seixas; 1.º Vice-Presidente, Paulo Cesar Timm; 2.º .Vice-Presidente, Mariana Alvim; Secretária, Maria Helena Pinheiro Monteiro; Tesoureira, Sueli Aparecida Navarro Garcia; Diretores, Ana Maria Costa, Armando Sobral Rollemberg, Hélio Doyle e Maerle Ferreira Lima.

Representando o Conselho Diretor Nacional, estiveram presentes à Assembléia de instalação o Secretário Geral, Antônio Houaiss, e o Subsecretário Pedro Celestino Pereira Filho.

Congresso Brasileiro dos Trabalhadores Intelectuais

O Conselho Diretor do Centro Brasil Democrático designou a seguinte Comissão Nacional Convocadora do Congresso Brasileiro de Trabalhadores Intelectuais: Antonio Callado, Barbosa Lima Sobrinho, Darcy Ribeiro, Ênio Silveira (Coordenador), Flávio Rangel, Nelson Werneck Sodré e Zuenir Ventura.

A Comissão Convocadora, que está em início de seus trabalhos, organizará um programa de trabalho para o Congresso e o submeterá à apreciação do Conselho Diretor. Serão organizadas comissões estaduais, com a finalidade de organizar em cada unidade da Federação, com a mais ampla participação dos diversos setores da intelectualidade, a realização do Congresso.



Sob a Bandeira dos Direitos Humanos :

Anistia a todos os Punidos e Perseguidos Políticos
Contituinte Livre e Soberana
Representação Política de Brasília

ELIANE CRUZ VIEIRA

Centro BrasilDemocrático/DF

Para a campanha de instalação do Centro em Brasília foi impresso e divulgado este cartaz, de autoria da artista Eliane Cruz Vieira.